

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.078.571 - RS (2017/0072455-6)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM**  
**AGRAVADO : PAULO AFONSO BURMANN**  
**AGRAVADO : PAULO AUGUSTO MANFRON**  
**AGRAVADO : PAULO DE TARSO FONTOURA DA SILVA**  
**AGRAVADO : PAULO JORGE SARKIS**  
**AGRAVADO : PAULO ROBERTO NOGARA RORATO**  
**AGRAVADO : PAULO ROMEU MOREIRA MACHADO**  
**AGRAVADO : REJANE ROLAO MORISSO**  
**AGRAVADO : ROBERTO DA LUZ JUNIOR**  
**ADVOGADO : LUCIANA INES RAMBO E OUTRO(S) - RS052887**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pela UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região, a qual não admitiu recurso especial, fundado na alínea “a” do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. QUINTOS/DÉCIMOS. LIMITES DO PEDIDO. ARTS. 128 E 460 DO CPC. PAGAMENTOS ADMINISTRATIVOS. CÁLCULOS DA CONTADORIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Em atenção ao disposto nos arts. 128 e 460 do CPC, o pedido formulado na execução atua como delimitador da atividade jurisdicional, não podendo o juiz deferir mais do que foi pretendido pelo exequente.
2. Não tendo a parte apelante comprovado a incorreção dos cálculos da Contadoria Judicial no que diz respeito ao abatimento dos valores pagos na via administrativa, deve ser mantida, em relação ao ponto, a sentença que os acolheu.
3. Em sede de embargos do devedor, nos casos de sucumbência mínima da parte embargante, não resultando em quantia ínfima ou exorbitante, devem os honorários advocatícios ser fixados em 10% do excesso de execução reconhecido no julgado.

No recurso especial obstaculizado, a recorrente aponta violação dos seguintes dispositivos: arts. 493 e 525 §§13 e 14, 535 §§5º e 7º, 1.057 e 1.022 do CPC/2015. Além de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, alega, em suma, a inexigibilidade do título, porquanto fundado em lei declarada incompatível com a Constituição Federal (RE 638.115). Aduz, ainda, que esse vício não poderia ter sido arguido na fase de conhecimento, mas na execução, com autoriza o art. 493 do CPC/2015 (462 do CPC/1973).

Contrarrazões às e-STJ fls. 890.

Inadmitido o apelo especial pela aplicação da Súmula 83 do STJ (e-STJ fls. 922/924), houve a interposição do presente agravo (e-STJ fls. 938/953).

Contraminuta.

Passo a decidir.

De início, registro que, conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Dito isso, cumpre ressaltar que, nos termos do disposto no art. 932, III, do CPC/2015, compete à parte agravante infirmar especificamente todos os fundamentos adotados pela Corte de origem para obstar o seguimento do recurso especial, mostrando-se inadmissível o agravo que não se insurge contra todos eles.

Nesse sentido: AgInt no AREsp 850.721/SP, Relator Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 24/03/2017; AgInt no AREsp 974.848/SP, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 13/03/2017.

Ressalto que a Corte Especial do STJ ratificou o entendimento anterior firmado sob a égide do CPC revogado acerca da necessidade de o recorrente, em agravo em recurso especial, impugnar especificamente todos os fundamentos constantes da decisão de inadmissibilidade do recurso especial, a qual não é formada por capítulos autônomos, mas por um único dispositivo, o que exige sua impugnação total (EAREsp 831.326/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Corte Especial, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018).

No caso, a agravante não se desincumbiu de impugnar os fundamentos impeditivos de seguimento do especial.

É que, "inadmitido o recurso especial com base na Súmula 83 do STJ, incumbiria à parte interessada apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada, procedendo ao cotejo analítico entre eles", o que não ocorreu na espécie (AgRg no AREsp 815.940/RS, relator Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 25/02/2016).

Há de ser registrada a insuficiência para efeitos de impugnação a esse fundamento da mera alegação de que o recurso se baseou apenas na alínea "a" do permissivo legal, e, portanto, não seria aplicável a Súmula 83 do STJ, que supostamente se referiria apenas à pretensão lastreada na divergência jurisprudencial.

Isso porque, de há muito, encontra-se pacificado o entendimento de que a Súmula 83 do STJ é aplicável tanto pela alínea "a" quanto pela "c" do permissivo constitucional (vide: AgRg no REsp 1.361.608/RN, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 12/05/2016; AgRg no AREsp 804.289/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 24/05/2016).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com base no art. 253, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial. Caso exista nos autos prévia fixação de honorários sucumbenciais pelas instâncias de origem, majoro, em desfavor da parte recorrente, em 10% (dez por cento) o valor já arbitrado (na origem), nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, bem como os termos do art. 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator